

MULHERES AGRICULTORAS E URBANAS NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE PLANTAS MEDICINAIS – RESGATE DE SABERES¹

Agricultural And Urban Women In The Production And Consumption Of Medicinal Plants - Rescue Of Knowledge

Roseli Alves dos Santos²
Beatriz Rodrigues Carrijo³
Luiz Carlos Flávio⁴
Marcos Aurélio Saquet⁵

Recebido em: outubro de 2017.

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

Este texto trata de um projeto que se propõe a trabalhar com grupos de mulheres agricultoras e mulheres da cidade a partir da produção e consumo de plantas medicinais. As mulheres como principais responsáveis pelos cuidados com a saúde da família e a utilização de plantas medicinais no seu cotidiano torna-se objeto desse estudo. A pesquisa é desenvolvida no município de Francisco Beltrão, Paraná e busca o resgate de saberes das mulheres do campo, o fomento à produção e comercialização e também o compartilhamento de experiências com as mulheres da periferia do município.

Palavras –chaves: Mulheres, Plantas Medicinais, Agricultura

Abstract

This text is a project that aims to work with groups of women farmers and women of the city from the production and consumption of medicinal plants. The main responsible for the health care of the family both the use of medicinal plants in their daily lives is relevant and becomes the object of this study. The study is developed in the municipality of Francisco Beltrão, Paraná and seeks redemption knowledge of rural women, encouraging the production and marketing as well as the sharing of experiences with women from the outskirts of the city.

Key-Words: Women, Medicinal Plants, Agriculture

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de reflexões resultantes do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão (em fase inicial) a cerca da organização das mulheres agricultoras e urbanas do

Município de Francisco Beltrão/PR que buscam a partir da produção, comercialização e consumo realizar o resgate e a valorização dos saberes tradicionais do uso das plantas medicinais.

A participação das mulheres no processo de resgate e preservação dos saberes é fundamental, pois são elas as principais responsáveis pelo cultivo e preparo das ervas. Desta forma, consideramos as mesmas como guardiãs deste conhecimento que a partir do desenvolvimento da indústria química (tanto para o uso humano como para a produção agropecuária) tem intensificado o processo de desaparecimento de práticas ligadas ao uso doméstico destas plantas e com elas de formas tradicionais de conhecimentos e da diversidade cultural, tanto no campo como na cidade.

O projeto de extensão desenvolvido além do registro espacial dos saberes tradicionais visa também aproximação das agricultoras familiares produtoras de ervas medicinais com as mulheres urbanas para o cultivo das plantas medicinais nas hortas e quintais, em especial nas periferias urbanas.

Fundamentação teórica

A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná apresenta-se como referência nacional, não somente pelo contexto histórico e político no qual se constituiu, mas também pela expressividade por ela ostentada, pois possui 89% do número de estabelecimentos e ocupa 54% da área em questão. E em alguns municípios ela assume ainda maior expressão. É o caso do município de Francisco Beltrão, no qual estes valores chegam, respectivamente, a 88% e 69%, significando números acima dos verificados no Brasil e no próprio estado do Paraná. Arelada a esta forma de organização, se observa a presença de uma capacidade organizativa que busca garantir formas de inserção ao mercado, atrelada esta inclusive à conservação de saberes e costumes tradicionais, os quais tendem a ser esquecidos em virtude do modelo predominante de agricultura e da perspectiva de um desenvolvimento que sobrevaloriza a produção material lastreada em formas capitalistas de produção, à qual se opera, via de regra, em detrimento da valorização do conhecimento.

O projeto em desenvolvimento visa o resgate dos saberes tradicionais em relação à utilização das plantas medicinais, ensejando evidenciar práticas de valorização do patrimônio cultural pertinente aos sujeitos envolvidos com tais saberes, em especial as mulheres, que em geral são importantes guardiãs desta forma de conhecimento.

Em termos de resultados esperados, este projeto de pesquisa/extensão almeja ainda subsidiar políticas de ação social. Ou seja, o projeto mira, como escopo, subsidiar ações Políticas de valorização do conhecimento ligado à cultura popular pertinente ao cultivo/uso de ervas

medicinais, cuja utilização pode melhorar as condições de vida de parcela da população, em especial aquelas populações mais carentes, uma vez que, a partir da disseminação dos conhecimentos em questão, poderão vir a fazer uso de remédios fitoterápicos, quer como consumidoras, quer como produtoras plantas medicinais.

O público alvo são as mulheres agricultoras que participam do Coletivo de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão/PR. Esta definição decorre principalmente do fato das mulheres, nas suas ações cotidianas, serem as principais protagonistas no que tange ao cuidado da saúde da família. Para cumprirem esta função social, é praxe disporem do uso de saberes para dispensarem cuidados às necessidades de seus familiares e vizinhos a partir dos conhecimentos antigos que as mesmas possuem referentes às plantas medicinais.

Tal qual observa Schimitz et al (2010, p.37): Na história da humanidade as mulheres possuem uma relação muito importante com a agricultura e com a conservação da biodiversidade, pois como vimos a partir de algumas interpretações históricas entende-se que elas domesticaram animais e passaram a cultivar determinadas plantas, assim como inventaram alguns instrumentos para facilitar o trabalho. Esses conhecimentos relacionados aos processos produtivos e naturais são desde então, transmitidos de geração para geração e mesmo que muito tempo tenha se passado desde que as mulheres iniciaram as formas de cultivar, conservar e preparar os alimentos, elas continuam tendo um papel central na segurança alimentar e nutricional das famílias.

A lógica dominante no contexto rural brasileiro, desde a década de 1970, é a produtivista baseada no pacote tecnológico de desenvolvimento da agricultura fundada na denominada revolução verde. Os impactos sócio-ambientais decorrentes desta lógica têm se intensificado, tanto no Brasil como em vários países do mundo em virtude gerando, importantes impactos ecológicos/ambientais, aos quais se somam ainda questões como a relacionada à concentração da terra e da riqueza.

De modo geral, as formas de produção do espaço agrário brasileiro têm primado pela tecnicização e pela industrialização dos processos de produção e de processamento de produtos agropecuários. Dentre outros corolários deste processo, tem-se assistido o surgimento de impactos tais como a contaminação de recursos hídricos solos, plantas e animais; perda de biodiversidade; redução da fertilidade natural de solos; dependência de insumos químicos e máquinas agrícolas; concentração fundiária e êxodo rural, entre outros.

Se o modelo de desenvolvimento econômico pautado a partir do pacote tecnológico da revolução verde aumentou a produtividade agrícola, no entanto, também ensejou uma gama de

desdobramentos ambientais e sociais os quais nos remetem a repensar de modo crítico os desdobramentos econômicos, mas também ambientais e sociais ensejados por este modelo de produção. Ou seja, incita-nos à necessidade de elaborarmos uma concepção de desenvolvimento integrado que considere, além das dimensões naturais, econômicas e políticas, também as dimensões sociais pertinentes à perda ou “esquecimento” do patrimônio cultural das populações envolvidas nesse processo.

Dito de outro modo, *pari passu* à crescente degradação do ambiente engendrada por esse processo vinculado a interesses econômicos, pensamos ser fundamental atinarmos para questões como a desagregação/perda de valores e saberes vinculado ao vasto patrimônio cultural dos agricultores diante das mudanças por eles vividas tais como a perda da terra, o êxodo rural e uma urbanização caracterizada, sobretudo pela marginalização social (econômica política e, no caso por nós enfocado, também cultural).

É fato que as mudanças provocadas na esfera produtiva da agricultura, influenciaram diretamente a organização familiar no que concerne aos saberes por eles cotidianamente adotados. Pois o uso de tecnologias e insumos externos força o direcionamento de suas formas de produção para grupos restritos de artigos agrícolas. E tal produção tem sido acompanhada de um sistema de extensão rural que privilegia conhecimentos estranhos aos saberes tradicionais. Isso tem contribuído para a diminuição da autonomia dos agricultores e agricultoras familiares, bem como para que os saberes que eram integrantes de sua cultura histórica sejam desconsiderados e desvalorizados.

Também é notório que, face ao êxodo rural, outra consequência deste processo, a ser destacada diz do fato de que a população expelida do campo, e que então se torna urbana (a qual via de regra se concentra nas periferias das cidades), também assiste a uma constante desvalorização dos conhecimentos por ela trazidos do mundo rural.

Assim, importantes parcelas da população do campo e da cidade são impelidas a se adaptarem à lógica produtivista e industrial de produção em diversas esferas de sua existência social. E apesar das condições precárias de vida e das privações que então passam a experimentar, são ainda induzidas a se transformarem em consumidoras dos produtos fabricados pela indústria, deixando de lado formas alternativas que utilizavam, seja na alimentação, nas formas de lazer, tanto quanto na prevenção de doenças, o que aponta para severas mudanças no universo das relações simbólicas as quais faziam parte do patrimônio cultural dessas populações e que lhes proporcionavam realização social e qualidade de vida.

Um dos aspectos que se torna objeto de nosso projeto se refere à perda do patrimônio cultural efetivada no bojo das mudanças ocorridas no âmbito da sociedade rural/urbana no Brasil

se liga à perda dos conhecimentos pertinentes ao uso de ervas medicinais no campo e na cidade, face ao avanço das formas industriais de produção.

Sob a forma de infusões (chás), emplastos, tinturas, pomadas, o uso das plantas medicinais, no tratamento de dores emocionais e físicas fazia parte do cotidiano das pessoas mais velhas, principalmente dos povos do campo que não dispunham de uma indústria farmacêutica como a atual. E estes conhecimentos eram transmitidos de geração em geração.

Oliveira (s/d, p. 59) afirma que:

“Era uma medicina criada como resposta às necessidades concretas de doenças e sofrimentos. Depois de classificadas e selecionadas as plantas para as doenças e seus sintomas, os moradores podiam conhecê-las. Democrática e solidariamente poderiam ser utilizadas”. (OLIVEIRA,s/d, p. 59)

Apesar das transformações/mudanças ocorridas no universo rural/urbano brasileiro, Guarim Neto (2006, p.72) observa que tais conhecimentos ainda são frequentemente vistos entre as populações oriundas dos modos de vida tradicionais, já que:

O saber local sobre o tratamento de diferentes males que perturbam/afetam o ser humano é geralmente evidenciado em conversas com as pessoas mais idosas (inserindo aí os raizeiros, benzedeiros, donas-de-casa etc.) que por um motivo ou outro, carregam consigo essas preciosas informações, recebidas dos ancestrais. A recuperação dessas informações é altamente necessária, tendo em vista que elas servem de subsídio para o conhecimento do potencial medicinal da flora nacional (GUARIM NETO,2006, p.72)

Além da questão cultural, lembramos com Brüning (s/d, p. 19) que a saúde do povo tem sido amiúde descuidada, em nosso país, recebendo “verbas irrisórias”. E, qual anota ainda o referido autor, o sistema de saúde privado, que envolve hospitais, clínicas, farmácias, entre outros, costumam praticar “[...] um verdadeiro assalto ao bolso do doente”, de modo que recorreremos aos saberes que compõem o patrimônio cultural dos antigos. Um outro aspecto relevante dos saberes é que estes se constituem em um dos elementos fundamentais que concorrem para a democratização dos bens culturais brasileiros.

É inegável que o avanço tecnológico e sanitário pelo qual passou o país desde a década de 1930 contribuiu para a cura e a extinção de uma série de doenças. Desta forma, não se pretende aqui desconsiderar a contribuição do conhecimento científico na construção de um processo, resultante em maior longevidade, diminuição da mortalidade infantil entre outros.

O que se pretende é a busca da valorização de uma forma de saber que aproxima os sujeitos do campo na construção de uma identidade territorial que perpassa pelo conhecimento tradicional e que é mais barato e de fácil acesso à comunidade.

Assim, como destaca Guarim Neto (2006), o conhecimento das plantas medicinais é uma forma de conhecer a biodiversidade dos lugares. Mapear onde se encontram é uma forma de conhecer os elementos territoriais e resgatar sua história de uso é um modo importante de valorizar os sujeitos que procuram manter esta tradição.

Como afirma o referido autor este é um estudo que tem se destacado, sobretudo como sendo de ordem interdisciplinar. Por sua abrangência, tem demandado diferentes estudos e abordagens, os quais vêm sendo construídos no intuito de compreender, mapear e divulgar a importância das plantas medicinais. Constitui-se um resgate do saber local e, a partir dele, da identidade cultural dos sujeitos que conhecem ou utilizam tais saberes.

O resgate de todo um patrimônio cultural de um povo, lembra Meneses (2012, p. 27), passa inclusive pela recuperação de todo um legado que nos remete à valorização da memória socialmente construída, já que “Tornar inteligível o patrimônio de um grupo social ou de um povo é, em síntese, dar sentido a um repertório de valores que identificam essa sociedade”.

Mulheres agricultoras e a produção de plantas medicinais em Francisco Beltrão - Brasil

O debate e o desenvolvimento de práticas a cerca do uso das plantas medicinais é um elemento presente no processo de organização das mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná que teve início na década de 1970 com o Movimento Popular de Mulheres constituído na região e em meados da década de 1980 com a criação do grupo de mulheres do com a Constituição do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. Ambas organizações privilegiavam a organização das mulheres visando uma maior autonomia e o seu reconhecimento enquanto mulher e enquanto agricultora.

Na década de 1980, com o fim do período da Ditadura Militar e a efetivação das lutas por direitos sociais para as agricultoras e agricultores, as organizações se centraram na militância das mulheres para que tivessem reconhecido sua condição de agricultora como profissão, o direito a documentação independente dos homens (pai ou marido), aposentadoria, salário maternidade entre outras.

A partir da ampliação da participação das mulheres na luta pelas políticas públicas de direitos sociais, bem como pelo preço das mercadorias, crédito etc., o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão inicia um trabalho assíduo de incentivo a participação feminina nas esferas políticas.

Neste contexto é que um projeto de uso das plantas medicinais é efetivado na década de 1990 e as mulheres começam a se reunir para resgatar conhecimentos sobre as plantas medicinais, seus usos e utilidades. Estas atividades práticas vinham acompanhadas do debate político sobre a

condição da agricultura familiar e diversos processos de formação política são efetivados. A inserção política das mulheres no Sindicato foi favorável de modo que em 1997 fosse eleita a primeira mulher presidenta do sindicato, que buscou desenvolver um projeto de inserção política de outras mulheres, mas também o fortalecimento das ações das comunidades rurais para o reconhecimento da agricultura familiar.

O resgate desse processo de organização política das mulheres agricultoras foi realizado com o desenvolvimento do projeto de extensão “Registrando a participação política organizativa das mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná”, desenvolvido entre 2010 e 2012 no qual verificamos que o trabalho com as plantas medicinais fez parte de uma iniciativa das mulheres agricultoras, que buscaram a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) uma formação para o cultivo e uso das plantas medicinais. O objetivo era ampliar o conhecimento das mulheres agricultoras e estimular a produção nas hortas de medicamentos e chás que pudessem ser utilizados no dia a dia da família.

Mais recentemente, 2011, as mulheres agricultoras de Francisco Beltrão, a partir de ações do Coletivo de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais, retomaram os estudos e retomaram o trabalho com as plantas medicinais. Uma das atividades realizadas foi uma viagem de intercâmbio no município de Turvo-Paraná, para conhecer a experiência do COOPAFLORA, no processo de produção e comercialização de plantas medicinais e aromáticas e outros produtos oriundos da floresta, a partir de uma prática sustentável em termos ambientais e de fortalecimento da agricultura familiar.

A cooperativa trabalha com produtos desidratados e beneficiados na forma de chás e temperos baseados em plantas medicinais, condimentos, aromáticas e erva mate. Estes produtos são comercializados à granel ou beneficiados em forma de chás e temperos. Além desta produção, o grupo possui parceria com outras empresas que apoiam a produção e também a comercialização dos produtos.

A partir desta visita as mulheres agricultoras de cinco comunidades rurais de Francisco Beltrão se sentiram desafiadas pela proposta e começaram a debater a importância que o uso das plantas medicinais tem no seu cotidiano e a necessidade de ampliá-lo, bem como de tornar-se uma fonte de renda para a agricultura familiar.

A participação das mulheres se dá no contexto de resgatar os conhecimentos e a produção das plantas, bem como de ampliar a participação destas através do cultivo destas plantas em seus quintais, de forma a preservar a diversidade cultural e natural e também melhorar a autoestima e a qualidade de vida destas mulheres e quiçá de sua comunidade, a partir da

transferência de conhecimentos, muitos dos quais tendem a extinção com a morte das pessoas que o detém.

Como destaca o documento base do Congresso do SlowFood (2012), a opção ou a limitação na produção de alimentos, limpos e de produção em bases solidárias e justas, é uma opção política. Pois como destaca os alimentos (entre eles a plantas medicinais) não é apenas um produto comercializável, mas consiste em um direito de todas as pessoas. A preocupação não é apenas na produção de alimentos, pois o aumento da produtividade e o extermínio da fome foi o principal elemento preconizado pela revolução verde, a qual possui desdobramentos que estão amplamente estudados, inclusive na região sudoeste do Paraná, como no trabalho de Santos (2008), Saquet e Duarte (1996), entre outros.

Um outro aspecto a destacar é a constituição de parcerias com mulheres urbanas de bairros periféricos estimulando o uso e a produção das plantas medicinais nos quintais da cidade ou mesmo a produção coletiva de mudas para comercialização.

As agricultoras constituíram em 2014 uma Associação de Agricultoras Produtoras de Plantas Medicinais e Aromáticas que tem buscado a comercialização da produção das mulheres associadas, num total de 15 agricultoras, que produzem plantas medicinais como hortelã, erva doce, melissa e camomila e são processadas e embaladas pelas próprias mulheres para entrega às escolas e centros municipais de educação infantil através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elas ainda têm realizado feiras com produtos da agricultura familiar por elas cultivados, juntamente com as plantas medicinais e aromáticas que são comercializadas nas feiras na cidade ou durante a realização de eventos na universidade, a qual é parceira no desenvolvimento do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um projeto de pesquisa e extensão se encontra em fase inicial e tem se estruturado a partir de uma pesquisa participativa, em que a compreensão dos conceitos e processos territoriais de conceitos como o de território, desenvolvimento, agricultura familiar de base camponesa, das plantas medicinais, patrimônio cultural, saberes e diálogos culturais, cooperação e inclusão social tem favorecido ao mesmo tempo a interpretação dos dados coletados mas também a reflexão por parte das mulheres agricultoras que participam do projeto e tem buscado refletir sobre as práticas efetivadas.

A experiência da execução de um projeto de pesquisa e extensão possibilita compreender o desenvolvimento como uma problemática territorial, ou seja, como um processo contínuo de conquistas sociais (econômicas, políticas e culturais) que se manifestam na vida cotidiana através

de uma alimentação saudável, moradia e educação de qualidade, assistência médica e dentária, acesso ao cinema e outros meios de comunicação, higiene, organização política, entre outros aspectos que são fundamentais para viver com dignidade e qualidade, como a recuperação e preservação do patrimônio cultural socializando-o.

É necessário valorizar o patrimônio histórico e cultural dos diferentes grupos sociais e territórios. Isto nos remete a uma concepção múltipla e híbrida do desenvolvimento, do território, da agricultura familiar, das plantas medicinais, patrimônio cultural, saberes e diálogos culturais, cooperação e inclusão social. Entendemos que é necessário compreender estes temas como processos historicamente constituídos, ou seja, há um processo histórico e relacional (trans-escalar) que caracteriza nossa vida cotidiana, o desenvolvimento, os territórios.

Desta maneira, para reorganizar o território e a sociedade, é necessário repensar e reorganizar as relações de poder, como ocorre através de organizações políticas e produtivas alternativas, como a agroecologia. Esta forma de produção exige um rearranjo e novas relações dos homens entre si e com a natureza; um manejo adequado do solo, das plantas e das águas; relações de cooperação e participativas, enfim, a agroecologia, além de primar pela produção de alimentos saudáveis, traduz-se em traços societários diferentes dos emanados das grandes iniciativas produtivas capitalistas.

E isto exige um olhar e uma compreensão, que considere os processos sociais (econômicos, políticos e culturais) e naturais, tanto na abordagem (estudo) como no planejamento e nas ações a serem realizadas com as mulheres. Há destaque para o lugar, para a dinâmica ambiental e para a elaboração de projetos de desenvolvimento. Degradar o ambiente significa degradar o território; a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, ou seja, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental.

A natureza é um patrimônio territorial e precisa ser gerida pela sociedade local articulada a outros grupos sociais, com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida, como fizemos em duas experiências localizadas no Sudoeste do Paraná (descritas em SAQUET e DUARTE [1996] e em SAQUET, PACÍFICO e FLÁVIO [2005]).

Dematteis (2001) resume essas duas questões, ou seja, os elementos principais da abordagem territorial que estamos utilizando. Esta abordagem deve resultar num instrumento de política pública e territorial. Para isto, precisa ser construída, necessariamente, a partir da realidade estudada, no caso, a agricultura agroecológica. Giuseppe Dematteis propõe os seguintes

componentes analíticos: a) a rede local de sujeitos, que corresponde às interações entre indivíduos em um território local, onde há relações de proximidade física e entre os sujeitos do local e os de outros lugares; b) o *milieu* local, entendido como um conjunto de condições ambientais locais nas quais trabalham os sujeitos; c) a relação da rede local com o *milieu* local e com o ecossistema, de forma tanto cognitiva (simbólica) como material. Há interações entre os domínios do social e do ambiente; d) a relação interativa da rede local com redes extra locais, em distintas escalas: regional, nacional e global.

A participação política-organizativa das mulheres no Sudoeste do Paraná, em especial das agricultoras, tem contribuído para a permanência das famílias no campo, mas principalmente são elas que tem desenvolvido ações em relação a qualidade da vida no campo a partir da participação nos projetos de moradia, qualidade da água, hortas agroecológicas de consumo familiar, a preservação da diversidade de fauna e flora, além da participação efetiva na vida produtiva apesar da lógica predominantemente patriarcal.

A construção de práticas de comercialização como a feiras e a produção para Programa de Alimentação Escolar é também uma forma de aproximação do campo e da cidade a partir de uma perspectiva mais solidária e de ampliação não apenas do mercado de consumo, mas também de outros padrões que valorizam os saberes tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRÜNING, Jaime. **A saúde brota da natureza**. 8º. Ed. Cascavel: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, s/d.
- BURINI, F. Le carte partecipative: strumento di recupero dell'identità africana, in *E. Casti e M. Corona, a cura di, Luoghi e identità. Geografie e letterature a confronto*. Bergamo: Sestante, 2004.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. (Org.). **Slot, quaderno1**. Bologna: Baskerville, 2001. p.11-30.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- GUARIM NETO, Germano. O saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a educação ambiental. IN: **Revista Eletrônico do Mestrado em Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande. Volume 17, de junho a Dezembro de 2006.

MENESES, José N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, Everaldo B. Da, TRUSADIN, Leandro B., PIRES, Maria do C. **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo: Outras Expressões, pp. 23-35, 2012.

OLIVEIRA, Elza Rizzo de. **O que é medicina popular.** São Paulo: Círculo do livro, s/d. (O que é).

QUATTRONE, G. **La gestione partecipata delle aree protette,** Milano: Franco Angeli, 2003.

SALES, Giovana P. dos S., ALBUQUERQUE, Helder N. de, CAVALCANTI, Maria L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim – Areia – PB, **Revista de Biologia e Ciências da Terra,** Suplemento especial n. 01, 2009.

SANTOS, Roselí. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** (tese de doutorado). UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, M. e DUARTE, V. **Projeto Vida na Roça:** da concepção ao plano de ação agropecuário. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996

SAQUET, M., PACÍFICO, J., FLÁVIO, L. **Cidade, organização popular e desenvolvimento:** a experiência do Projeto Vida no Bairro. Cascavel/PR: Unioeste, 2005.2006.

SILVA, Tomás Rech da. **Geograficidade, percepção e saberes tradicionais dos pescadores do Lago Guaíba,** Porto Alegre, R.S. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia.2007.

¹ Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/ Extensão da Fundação Araucária e Projeto de Extensão cadastrado na Pró-reitoria de Extensão da UNIOESTE – Coletivo de mulheres Agricultoras, Texto apresentado no Séminaire ESO, em Rennes - 2015.

² Doutora em Geografia, pela UNESP/Presidente Prudente. Professora do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Unioeste. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. Membro do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais). E.mail: roseliasantos@gmail.com

³ Doutora em Geografia, pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Curso de Geografia da Unioeste. Campus de Francisco Beltrão. Membro do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais). E.mail: biacarrijo@gmail.com

⁴ Doutor em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. Professor do Curso de Geografia da Unioeste. Campus de Francisco Beltrão. Membro do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais). E.mail: lucaflavio@gmail.com

⁵ Doutor em Geografia, pela UNESP/Presidente Prudente. Professor do Curso de Geografia da Unioeste. Campus de Francisco Beltrão. Membro do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais). E.mail: saquetmarcos@hotmail.com